

PROTECÇÃO À INFÂNCIA

Dar às crianças uma vida próxima da 'normalidade' familiar e social

A Associação ASAS, que acolhe 36 crianças em risco, comemora dez anos de actividade

■ JOANA DE BELÉM

À soleira da porta, as técnicas da ASAS – Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso, avisam: «Vamos esperar um bocadinho, porque as crianças gostam de ser elas a fazer a visita guiada.» Eis então que surge Catarina, uma das 16 crianças que têm como lar a Unidade de Acolhimento Raízes, que recebe meninos dos seis aos 12 anos. Nem um olhar menos atento conseguiria fugir às muitas fotografias e aos quadros coloridos pintados pelos próprios miúdos, que dão à casa um ar acolhedor. As instalações não serão luxuosas, mas fogem ao ar asséptico e impessoal que pode imaginar-se numa instituição deste género. A ASAS de Santo Tirso acolhe 36 crianças e completou, esta semana, dez anos de actividade. Uma existência que já ajudou a salvar 150 crianças em risco e que o DN quis conhecer mais de perto.

A escassos metros da Raízes encontramos a Unidade de Acolhimento Renascer – ambos os nomes foram escolhidos pelas crianças –, que acolhe miúdos dos zero aos seis anos. Também aqui é Catarina a nossa cicerone, desta vez acompanhada de outro colega. Chegados à sala dos bebés, ambos se mostram relutantes em sair. Acariciam as faces dos quase recém-nascidos, agarram-lhes os dedinhos minúsculos com cuidado, puxam o fio que põe a tocar canções de embalar. «A Catarina pede muitas vezes para vir aqui», conta Gilda Torrão, secretária-geral da ASAS, que, juntamente com a assistente social Ana Brandão, explicou o funcionamento da instituição.

A prioridade é a prevenção e daí a existência de um pólo de Intervenção Social e Comunitária, que procura incentivar à integração social dos mais desfavorecidos, através de acções de prevenção, de formação e de encaminhamento, de forma a combater estruturalmente as causas e efeitos da marginalização social. Mas a prevenção nem sempre é possível e é aí que entra o papel dos centros de acolhimento, locais onde, para além de serem estudados projectos de vida para as



DN-Ursula Zangger



ACOLHIMENTO. As crianças encontram nas unidades Renascer e Raízes aquilo a que chamam uma casa, um lar

crianças, se tenta proporcionar-lhes uma vida o mais aproximada possível da normalidade. «Esta é a casa deles, vão todos os dias à escola, voltam para casa, recebem os amigos, vão ao médico, praticam desporto, andam nos escuteiros...», diz Gilda Torrão, explicando que, «embora a vida institucional não sirva o projecto de vida de nenhuma criança, por vezes, quando não há possibilidade de adopção, acaba por ser mesmo a melhor opção».

«Embora haja casos de sucesso, a medida do regresso à família biológica na maior parte dos casos tem sido em vão. Há pessoas com quadros de valores que fogem a tudo o que é legalmente e socialmente instituído e que é muito difícil mudar. Não consideram os maus tratos um problema, pois também elas cres-

Porque têm sete ou oito anos, muitas destas crianças não são adoptáveis, condenadas a uma vida em instituições

ceram a aceitar essa realidade», adianta Maria do Céu Brandão.

Na ASAS, as crianças encontram um lar até que os tribunais decidam que os pais têm condições para voltar a recebê-las (servem também de elo de ligação entre os meninos e as famílias, que vão ali visitá-los) ou até que alguém decida adoptá-las, o que não acontece mais do que seria desejável – muitas das crianças com quem o DN contactou estão incluídas nesse rol, simplesmente porque têm sete ou oito anos e, como tal, não satisfazem os requisitos dos potenciais pais. Muito provavelmente, passarão a vida de menoridade institucionalizados.

Mas quais são, afinal, os *backgrounds* familiares que levam à institucionalização, temporária ou não? Segundo Maria do Céu Brandão, são situações muito semelhantes: «Vêm de classes desfavorecidas, cujos pais já tiveram um percurso similar; há muitos casos de dependências de álcool ("muito frequente neste concelho") e da heroína, que em muitos casos potenciam o mau ambiente, a violência e os maus tratos. São frequentes as famílias numerosas, a negligência, os maus tratos físicos e psicológicos e, ao contrário do que poderia pensar-se, advêm de pessoas da área urbana». Factores «agravados por um quadro cultural onde tudo isto é aceite e que é mesmo muito difícil de mudar», acrescenta esta responsável.

Crime de Ermesinde

Morte trágica de menina de dois anos deixou marcas na instituição

Em dez anos de existência, a ASAS ficou marcada pela morte trágica, em Outubro passado, de uma das crianças que tinha à sua guarda. Catarina entrou na ASAS aos sete meses, tendo regressado à família biológica por ordem dos técnicos da Protecção de Menores quando tinha dois anos e meio.

Noventa dias depois, em Outubro de 2003, apareceu morta numa residência de Ermesinde, Valongo, com sinais de espancamento e violência, crimes imputados pelos investigadores policiais ao pai e à madrasta, agora em prisão preventiva. A ASAS foi ilibada de responsabilidades, até porque dis-

cordou da entrega da pequena Catarina à custódia do pai sem a adopção de medidas prévias de aproximação à família. «Um momento muito complicado, difícil e doloroso para todos», cujas marcas ainda não desapareceram totalmente, diz Almeida Santos, presidente da instituição.